

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.546 - SP (2019/0260813-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : LAZARO DOS SANTOS
AGRAVANTE : LUCIA HELENA DOS SANTOS
ADVOGADOS : JOSÉ CARLOS CÁCERES MUNHOZ - SP056182
MÁRCIO ALEXANDRE PORTO - SP204715
AGRAVADO : JACIR TARCISIO FALEIROS
AGRAVADO : VANDA LUCIA DA SILVA FALEIROS
ADVOGADO : DENY EDUARDO PEREIRA ALVES - SP356348

DESPACHO

O recolhimento das custas judiciais foi realizado em desacordo com o disposto na Resolução do STJ vigente à época da interposição do recurso, a qual dispõe que, no momento do preenchimento da GRU Cobrança, deverão ser indicadas obrigatoriamente as informações exigidas no formulário eletrônico disponível no *site* do Tribunal (<http://www.stj.jus.br>), de acordo com o tipo de ação ou recurso escolhido.

De fato, a parte indicou erroneamente o "Processo na Origem" ou "Número do Processo que consta no Acórdão Recorrido" na guia de recolhimento das custas judiciais juntada aos autos, uma vez que o número utilizado não corresponde aos existentes na origem.

Dessa forma, nos termos do § 7º do art. 1.007 do Código de Processo Civil, **intime-se a parte recorrente para sanar o vício apontado, efetuando, caso seja necessário, novo recolhimento no prazo de cinco dias, sob pena de não conhecimento do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente